DESAFIOS CLIMÁTICOS E A SAÍDA DE GRANDES BANCOS DA NZBA

CAMILA GENARO ESTEVAM*

A NZBA é uma aliança bancária global criada para alinhar as atividades financeiras ao Acordo de Paris. Hoje, a Aliança sofre com a saída de grandes bancos dos EUA e do Canadá, expondo a influência de fatores políticos sobre as decisões financeiras na região. Nos EUA, a eleição de Trump intensificou as tensões em relação à NZBA. Já no Canadá, os bancos tentam equilibrar investimentos em iniciativas tradicionais e verdes. Porém, a situação é outra no Brasil: com uma agenda ambiental sólida, o País tem importantes bancos aderentes à NZBA e outros com suas próprias iniciativas sustentáveis. Assim, como catalisadores da descarbonização do agro pelo País, os bancos podem alavancar o Brasil no cenário global por meio de ações concretas e mensuráveis.

A RECENTE saída de grandes bancos norte-americanos e canadenses da Net-Zero Banking Alliance (NZBA) trouxe à tona uma das maiores tensões entre compromissos climáticos e interesses econômicos. Esse êxodo, liderado por instituições como J.P. Morgan, Bank of America, Goldman Sachs e, mais recentemente, os principais bancos canadenses, evidencia a crescente influência de fatores políticos, regulatórios e mercadológicos sobre as decisões estratégicas do setor financeiro na América do Norte. Embora esses bancos reiterem seu compromisso com a descarbonização, suas ações apontam para uma complexa rede de desafios e pressões que vão muito além do discurso ambiental.

Nos Estados Unidos (EUA), o contexto político desempenhou um papel decisivo. A eleição de Donald Trump, conhecido pela sua postura cética em relação às mudanças climáticas, reacendeu a hostilidade de estados liderados por republicanos contra iniciativas ESG (sigla em inglês para sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa). Esses governos têm acusado bancos e outras instituições financeiras de priorizarem metas climáticas em detrimento da economia, chegando a ameaçar tomar ações legais e efetivar a exclusão dessas instituições de contratos estatais, como é o caso de estados processando empresas sob a acusação de conspirar para reduzir a produção de carvão e, consequentemente, aumentar os custos de eletricidade. Como resultado, gigantes financeiros norte-americanos viram-se pressionados a abandonar a NZBA, um movimento que também se refletiu no Canadá, onde cinco dos seis maiores bancos do país anunciaram sua saída.

Criada em 2021 como uma parte da Glasgow Financial Alliance for Net Zero (GFANZ), a NZBA surgiu com o objetivo de alinhar as atividades financeiras globais ao Acordo de Paris, promovendo a transição para uma economia de baixo carbono. A adesão inicial foi impressionante: mais de 140 bancos, representando US$ 74 trilhões em ativos, comprometeram-se a reduzir emissões financiadas e estabelecer metas intermediárias ambiciosas para setores como energia, transporte e agricultura. Contudo, as pressões políticas e econômicas começaram a desafiar a Aliança, especialmente na América do Norte. Nos EUA, 20% dos ativos dos membros da NZBA estavam sob o controle de bancos que optaram por seguir caminhos independentes agora. No Canadá, o impacto foi igualmente significativo, com instituições como o BMO, o TD, o Canadian Imperial Bank of Commerce (CIBC) e o Scotiabank justificando sua saída com base na maturidade de suas estratégias internas de descarbonização.

O abandono em massa da NZBA não deve ser interpretado como uma desistência completa dos compromissos climáticos. Muitos desses bancos destacaram avanços substanciais em suas próprias agendas de sustentabilidade, apontando que sua saída da aliança não os desobriga de alcançar a neutralidade de carbono até 2050. De fato, alguns afirmam que o espaço proporcionado pela NZBA foi crucial para estabelecer um ponto de partida, mas que, agora, se consideram suficientemente preparados para seguir de forma independente. No entanto, essas decisões levantam questões críticas sobre a eficácia das coalizões globais em enfrentar o desafio das mudanças climáticas, especialmente quando os interesses econômicos e políticos colidem com os objetivos ambientais.

Um ponto central de crítica para bancos norte-americanos e canadenses foi a percepção de que a adesão à NZBA poderia expô-los a riscos legais e de reputação. No caso dos EUA, a polarização política intensificou esse cenário. Líderes republicanos acusaram a aliança de promover práticas anticompetitivas, reduzindo o financiamento a setores de combustíveis fósseis e elevando os preços de energia. No Canadá, embora o ambiente regulatório seja menos hostil, as instituições financeiras enfrentam um equilíbrio delicado entre manter investimentos em setores tradicionais e expandir o financiamento para iniciativas verdes.

Esse cenário internacional reflete uma fragmentação preocupante nos esforços globais de financiamento climático. Enquanto bancos europeus, sujeitos a regulamentações climáticas mais rigorosas, reafirmam seu compromisso com a NZBA, a saída dos norte-americanos sinaliza uma lacuna significativa na liderança climática global. Países em desenvolvimento, particularmente na Ásia e na América Latina, que dependem de financiamento internacional para transições energéticas, enfrentam, agora, incertezas adicionais. Essa retirada pode não apenas enfraquecer a capacidade coletiva de mobilizar recursos para mitigação e adaptação às mudanças climáticas, mas também criar precedentes que podem encorajar outros bancos a reconsiderarem sua adesão a alianças climáticas.

"Essa retirada [dos bancos do Canadá e EUA da NZBA] pode não apenas enfraquecer a capacidade coletiva de mobilizar recursos para mitigação e adaptação às mudanças climáticas, mas também criar precedentes que podem encorajar outros bancos a reconsiderarem sua adesão a alianças climáticas."

PANORAMA NACIONAL

No cenário brasileiro, observamos uma tendência que contrasta com os recentes movimentos internacionais de saída de grandes bancos da NZBA. Prestes a sediar a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 30/UNFCCC, nas siglas em inglês) em novembro próximo, o Brasil mira a sua atenção para uma agenda climática mais sólida e consistente. Atualmente, o País conta com importantes instituições financeiras signatárias da NZBA, como o Itaú Unibanco e o Bradesco, além da unidade brasileira do Santander, que, como parte de um banco global signatário, também segue os compromissos da Aliança. Essas instituições assumiram o compromisso de alinhar suas carteiras de crédito às metas do Acordo de Paris, incluindo o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5 °C até 2050.

Além disso, mesmo bancos que não são signatários da NZBA, como o Banco do Brasil (BB), têm se destacado por iniciativas inovadoras voltadas à sustentabilidade. É o caso, por exemplo, do **Programa Pecuária Mais Sustentável**, que é alinhado ao Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis (PNCPD). Essa iniciativa do BB combina concessão de crédito para recuperação de áreas degradadas com tecnologia, rastreabilidade e sustentabilidade, visando atender 40 milhões de hectares em dez anos. Na safra 2023/24, esse Programa desembolsou R$ 6,37 bilhões, beneficiando 1,6 milhão de hectares, reforçando o papel do BB como parceiro estratégico na descarbonização do agronegócio.

Nesse contexto, as instituições financeiras desempenham um papel central ao direcionar recursos para práticas sustentáveis no campo. Linhas de crédito alinhadas às metas do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura para o ciclo de 2021 a 2030 (**Plano ABC+**) têm sido fundamentais para estimular a adoção de tecnologias de baixo carbono, como o plantio direto, a recuperação de pastagens degradadas e sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF). Recentemente, uma medida do Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu incentivos diretos para produtores rurais, como a redução de 0,5 p.p. na taxa de juros de custeio para aqueles que comprovarem práticas produtivas sustentáveis por meio de certificações válidas.

Adicionalmente, a implementação de ferramentas tecnológicas, como o uso de inteligência artificial (IA) para análise de crédito e monitoramento via satélite, permite uma maior precisão no diagnóstico e no acompanhamento das ações financiadas. Esse alinhamento entre financiadores e produtores é essencial para garantir que o agronegócio brasileiro continue a ser competitivo enquanto avança em direção a uma economia mais verde.

2025: UM ANO DECISIVO PARA O BRASIL

Com a realização da COP 30 em Belém, no Pará, 2025 apresenta-se como um marco estratégico para a agenda climática brasileira. O evento destaca a oportunidade de o Brasil consolidar-se como um líder estratégico na integração entre sustentabilidade e agronegócio, fortalecendo o seu papel de promover práticas de baixo carbono e mecanismos financeiros inovadores. Além disso, será um momento crucial para integrar políticas públicas, como o PNCPD e o Plano ABC+, além de iniciativas privadas que impulsionam o desenvolvimento sustentável do setor.

O Brasil, com a sua vasta capacidade de mitigação e inovação no campo, está em uma posição única para liderar a descarbonização do agronegócio. Os bancos, ao desempenharem o papel de catalisadores dessa transformação, podem alavancar o potencial do agro brasileiro no cenário global e posicionar o País como uma referência em sustentabilidade climática, por meio de ações concretas e resultados mensuráveis. ■

Com a iminência da COP 30, que acontecerá em Belém, em novembro próximo, o Brasil foca em uma agenda climática mais consistente. Atualmente, conta com importantes bancos signatários da NZBA, que se comprometem a alinhar suas carteiras de crédito ao Acordo de Paris.

* Pesquisadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) – camila.estevam@fgv.br